



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

TEXTO DE DISCUSSÃO Nº 13

**O RESULTADO MACROECONÔMICO DO
PRIMEIRO GOVERNO LULA**

SAMUEL COSTA FILHO
JUNHO/2007

Texto de Discussão

Ano 06 - nº 13 - junho/2007

Reitor da Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Luis de Sousa dos Santos Junior

Diretor do Centro de Ciências Humanas e Letras

Prof. Ms. Antonio Fonseca dos Santos Neto

Chefe do Departamento de Ciências Econômicas

Prof. Ms. Samuel Costa Filho

Coordenador do Curso de Ciências Econômicas

Profª. Ms. Fernanda Rocha Veras de Araújo

Editado pelo DECON

Responsável

Prof./DECON Ms. Samuel Costa Filho

Conselho Editorial

Prof./DECON Esp. Luiz Carlos Rodrigues Cruz Puscas

Profª./DECON Dra. Maria do Socorro Lira Monteiro

Prof./DECON Dr. Solimar Oliveira Lima

Prof./DECON Ms. José Lourenço Candido

Profª./DECON Ms. Fernanda Rocha Veras de Araújo

FICHA CATALOGRÁFICA

Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí - v.1, n.13, a.6 (junho 2007) - Teresina: UFPI, 2007 - ISSN 1678-1988

1.Economia - Periódicos

CDD 330.05

A QUESTÃO AGRÁRIA: ONTEM E HOJE”

O RESULTADO MACROECONÔMICO DO PRIMEIRO GOVERNO LULA

Samuel Costa Filho¹

Resumo: Esse artigo analisa o resultado da política econômica dos quatro anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Com esse objetivo defende que foi a continuidade e aplicação da política macroeconômica neoliberal do governo FHC, o principal responsável pelo resultado medíocre no comportamento da economia brasileira. A aplicação da política econômica de apologia contemporânea do mercado levou a economia brasileira a baixo crescimento, à decadência econômica e ao estreitamento das oportunidades para a grande maioria da população brasileira.

Palavras-chaves: Governo Lula; Economia Brasileira; Neoliberalismo.

O resultado da política econômica do primeiro ano do governo Lula foi semelhante ao obtido pelo governo de Fernando Henrique Cardoso². Nada de surpresa. Um significativo número de economistas já vinha há muito tempo alertando contra a manutenção dessa política econômica e informando à sociedade brasileira sobre seus resultados desastrosos. Desastre, não somente no Brasil, a partir dos anos 90, mas em todos os países da América Latina, onde ela foi anteriormente implementada.

¹ Professor Adjunto da UFPI, Mestre em Economia pelo CAEN e Doutorando pelo IE/UNICAMP.

² A revisão para cima do crescimento econômico do Brasil de 2002 a 2006 levou a duas atitudes. O governo Lula passou com euforia e descaramento a comemorar o chamado “pibão”, num claro delírio de grandeza. Por outro lado, a oposição, levianamente e num ato de má-fé, procurou desqualificar o IBGE e a suspeitar dos novos dados por ele divulgados. Na verdade, os novos resultados confirmam que o desempenho da economia brasileira continha medíocre se comparado aos padrões históricos brasileiro, se comparado ao desempenho do resto do mundo e se comparado ao desempenho dos países emergentes.

Acontece que o público em geral foi bombardeado pelo discurso incessantemente repetido pela mídia nativa, altamente favorável às reformas pró-mercado e à concorrência. Em especial, a mídia realiza entrevistas e publica as declarações dos profissionais alinhadas com os interesses conservadores e liberais. Utilizando prioritariamente os “economistas” que trabalham para o pessoal do dinheiro – os *Money Doctors*, na expressão de Belluzzo (2007), ou o pessoal da “Bufunfa”, no dizer de Nogueira Batista Jr. (2006) – ou os PHD’s formados nas escolas americanas e os *Chicagos Boys*, que passaram a exercer o controle nos departamentos de macroeconomia de algumas das principais escolas brasileiras de economia, como também passaram a ter grande influência em instituições como o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada e até na administração pública, como os economistas monetaristas treinados pelo FMI – Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial que trabalham no BACEN – Banco Central do Brasil.

A população brasileira, diante desse discurso altamente favorável, ao sentir os seus péssimos resultados econômicos e sociais, fica atônita e não compreende o porquê de tão pífios resultados, que são superiores apenas aos do Haiti, no continente latino-americano. Aliás, a população compreende que a culpa decorre dos políticos, das políticas públicas errôneas, dos entraves excessivos à iniciativa privada, do Estado gigantesco, dos economistas e de sua maldita ciência chamada de Economia.

Todavia, a Economia é uma ciência maravilhosa que possibilita ao iniciado uma compreensão ampla da realidade, de modo a não ser facilmente enganado por outros profissionais de economia que praticam a desinformação, usando um discurso apologético de determinada corrente das Ciências Econômicas, como se representasse o estado da arte, último e definitivo³, que impera nessa matéria, prometendo até atingir o paraíso aqui na terra pela via “mercado livre” - um objetivo que nunca o mercado concorrencial livre poderá cumprir⁴.

³ Para os Novos Liberais, o sistema econômico capitalista possui princípios que são válidos em qualquer situação, lugar ou época. Neste contexto, a Ciências Econômicas possui leis imutáveis que constantemente passa por um processo de aperfeiçoamento progressivo em decorrência das pesquisas dos economistas. A teoria econômica da ortodoxia apresenta uma trajetória evolutiva eleva o grau de precisão e certeza, de forma que, a Teoria Novo-Liberal, com a verdadeira interpretação das leis e da realidade do capitalismo, utiliza modelos matemáticos sofisticados e um método preciso. Essa corrente evoluiu no aprimorando da Econômica na linha de aproximação cada vez maior com a realidade.

⁴ No capitalismo o objetivo é a acumulação de riqueza. Nessa linha, os resultados da produção capitalista tendem para concentração nas mãos de uns poucos, de modo que a desigualdade é a característica da atividade econômica. Todavia, o capitalismo ocidental construiu a utopia de que é possível instaurar a igualdade através

Foi nesse sentido que, durante os anos 90, os meios de comunicação, os políticos conservadores, os economistas liberais e a grande maioria do empresariado brasileiro, em geral, difundiram uma caricatura do pensamento econômico contemporâneo baseado na corrente NEOLIBERAL, afirmando serem essas as leis econômicas explicitadas como resultados do desenvolvimento da chamada Ciência Econômica, representando o verdadeiro e último estado da arte em Economia. Um discurso classificado como o único Pensamento de Economia correto.

Esse discurso, em essência, significa o seguinte: a economia de mercado capitalista é regida por leis próprias, internas e universais que independem da vontade do indivíduo ou de qualquer intervenção dos governos nacionais. A economia possui leis eternas próprias, ahistóricas, gerais e atemporais, como são as leis da Física ou da Química. Apresentadas e desenvolvidas em linguagem matemática tomadas como verdades absolutas, a Ciência Econômica Neoliberal atesta a superioridade da economia de mercado e do sistema capitalista.

Para a apologia neoliberal, as evidências das leis econômicas da concorrência são de uma força tal que nenhum país pode, por muito tempo, opor-se a elas sem pagar um preço bastante elevado, com regressão econômica e social, êxodo das pessoas mais talentosas e fuga de capitais. Desse modo, o sistema capitalista de livre empresa e livre mercado deve, cada vez, ser estimulado na linha da concorrência e do liberalismo - se a economia brasileira não quiser ficar à margem da história nesse novo estágio do capitalismo chamado de Globalização.

Ainda para os neoliberais, na atualidade, o sistema capitalista revelou-se definitivamente superior e insuperável. É o melhor dos sistemas e não existe outra opção. Esse capitalismo força os indivíduos a se tornarem cada vez mais eficientes, num ambiente de liberdade pessoal e de iniciativa para empreender e acumular, em benefício próprio e para os seus dependentes, de tal modo que otimiza o uso dos recursos produtivos escassos (os chamados fatores de produção: terra, capital e trabalho) e maximiza a riqueza de uma nação. Além do que, essa busca do interesse individual leva necessariamente ao interesse

do livre mercado. A realidade desmente essa utopia e na verdade, alguns poucos ficam cada vez mais ricos e muitos outros nem emprego conseguem.

geral da nação - com a produção mercantil de bens e serviços pelos indivíduos e pelas empresas capitalistas determinando a riqueza da nação.

Os neoliberais defendem que a realidade capitalista tem no mecanismo de mercado e na flexibilidade do sistema de preços a garantia de equilíbrio, pois todo aquele que tem algum bem ou serviço para oferecer encontrará no mercado aqueles indivíduos que demandam os produtos⁵. Caso a oferta de determinado produto X seja mais elevada que a demandada pela sociedade, o sistema de preço flexível se move e o preço cai para equilibrar esse mercado, desestimulando a oferta e estimulando a demanda. Se, por outro lado, a produção de outro bem Y é muito menor que a necessária para satisfazer a procura da sociedade, o preço sobe e equilibra este outro mercado, levando a uma maior oferta e queda na demanda.

Como se vê, no discurso neoliberal, o sistema de mercado baseado na famosa lei da oferta e demanda garante automaticamente a coordenação e o equilíbrio do mercado de trocas. Esse equilíbrio seria uma situação teórica idealizada de compatibilização mútua dos planos individualizados dos agentes econômicos, em que esses agentes teriam suas expectativas confirmadas, revelando a consistência das decisões de cada indivíduo, tanto com seus recursos quanto com os outros agentes.

Nesse sentido, os neoliberais atestam que a flexibilidade dos preços e a livre negociação garantem que o equilíbrio ocorra em todos os mercados e que choques de oferta ou demanda provocam apenas desequilíbrios temporários, que são automática e rapidamente resolvidos pelo sistema de preços no mercado, de tal forma que o capitalismo concorrencial garante o chamado equilíbrio geral e simultâneo em todos os mercados.

O livre funcionamento do mercado no capitalismo garante também o uso eficiente dos recursos da sociedade, segundo o neoliberalismo, ou seja, o uso eficiente dos chamados fatores de produção - que são o capital, o trabalho e os recursos naturais. E, aqui, o sistema de preços e o lucro sinalizam as informações necessárias e contínuas para a utilização adequada e eficiente dos fatores de produção. Setores e produtos com preços e lucros atrativos incitam a entrada de recursos (capital e trabalho) nessa atividade e, por outro lado, os bens e serviços com preços em queda e demanda insuficiente expulsam dessa atividade

⁵ A famosa lei de Say, que significa que a oferta gera a demanda.

os capitais e o trabalho. Desse modo, o capitalismo de concorrência apresenta uma sociedade que combina a eficiência produtiva e a mais ampla liberdade individual.

Para os neoliberais, a lei da oferta e da procura é aplicável a qualquer produto, em qualquer mercado, a qualquer momento. Acontece que o chamado *mainstream* não percebe que nem todos os mercados funcionam assim. Nas economias capitalistas, as principais mercadorias são produzidas por algumas grandes empresas oligopolistas com filiais espalhadas pelo mundo inteiro e, nessa realidade, encontramos um predomínio de mercados oligopolistas e de concorrência monopolística. Nos mercados oligopolistas e em muitos outros de concorrência imperfeita, sejam quais forem as relações entre oferta e demanda as empresas, por terem poder de mercado, só vendem os produtos a um preço que seja vantajoso para elas.

Os mercados capitalistas apresentam ainda preços importantes que são administrados pelo Estado, onde o governo decide, por decreto, o preço de produtos de empresas controladas pelo governo ou estão sob fiscalização do poder público, como são os casos das empresas de energia elétrica, de fornecimento de água, empresas de telefone, etc. Assim, é comum na economia capitalista a política de controle no processo de formação de preços pelos empresários e pelo governo, tornando limitada a relevância dos casos de mercados concorrenciais puros, que funcionam livremente através da lei da oferta e da procura. Essa famosa lei se mostra limitada, não sendo válida em todos os lugares e ocasiões, ou seja, trata-se de uma lei com um elevado número de exceções.

O mercado e a lei da oferta e demanda se mostram falhos também quando colocados diante da globalização financeira. Nessa realidade, o capital é controlado pelos grandes credores e detentores de liquidez internacional (fundos, conglomerados e bancos), de forma que a sabedoria dos mercados financeiros internacionais não passa de uma farsa para encobrir o controle mundial por um pequeno número de atores privilegiados.

De acordo com o discurso neoliberal o desemprego involuntário não existe. O desemprego, uma característica do capitalismo, é apresentado como culpa da classe trabalhadora e do governo. Todavia, o trabalhador, elemento essencial da produção capitalista, não tem condições de decidir o futuro do seu emprego. O que a classe trabalhadora pode no máximo fazer é lutar por emprego, por intermédio da defesa de uma política econômica que propicie o crescimento econômico ou por meio dos sindicatos.

Diferente da afirmação neoliberal, de que é o mercado de trabalho com a lei de oferta e demanda que explica o nível de desemprego, é o proprietário do capital (do dinheiro) quem decide se vai gerar e elevar ou não o número de empregos. É o capitalista que contrata a mão-de-obra a partir de informações do potencial de mercado, do dinheiro acumulado, das alternativas de aplicações financeiras, das expectativas, das inovações tecnológicas, do nível de endividamento e das taxas de juros da economia, da existência de estímulos e vantagens oferecidas pelo governo ao seu setor produtivo e, até da aliança com outros empresários.

Acontece que, para a teoria neoliberal, como também para muitos dos economistas vencedores do Prêmio Nobel, numa economia capitalista de concorrência não existe a possibilidade de haver desemprego. Essa teoria economicamente correta concebe o desemprego como uma invenção dos trabalhadores vagabundos, ou seja, conforme afirma Delfin Netto (2006): é como se a classe trabalhadora tivesse de vez em quando um ataque de vagabundagem, fizesse sacanagem e entrasse em estado de desemprego.

Os neoliberais atestam que, nessa realidade concorrencial, os empresários são forçados por essa concorrência a satisfazer da melhor maneira possível, e pelo menor custo, as necessidades demandadas pela sociedade. Impedidos de utilizar a política de elevação de preços, como prática para elevar seus lucros, a concorrência obriga os empresários a uma disputa ferrenha via redução de custos e inovações evitando qualquer desperdício.

Porém, mesmo os neoliberais atestam que, nessa sociedade de concorrência perfeita, o mercado necessita que o Estado garanta, minimamente, as condições para que todo esse processo se desenvolva. Assim, no capitalismo existe um espaço mínimo reservado ao Estado e todas as outras múltiplas atividades mercantis devem ficar sob o domínio da iniciativa privada. Faz-se necessário apenas um Estado Mínimo para garantir a segurança, a justiça, a defesa e a oferta de alguns outros bens públicos. Bens estes que não contam com a necessária eficiência da iniciativa privada e do mercado, na sua produção.

Nesse tipo de atividade pública, a lei de mercado não funciona e a esfera mercantil não tem condições de atender adequadamente a oferta desses produtos. Esse bem ou serviço beneficia e é utilizado por todos da comunidade sem que o seu benefício seja limitado a um consumidor qualquer, de tal forma que não existe a possibilidade de excluir de seu consumo aquele indivíduo ou segmentos da população no caso de seu não pagamento.

Nessa situação, o interesse geral obriga que a oferta desses bens ocorra pelo Estado, que tem o direito de obrigar os indivíduos a contribuírem para a realização da sua oferta - via regulamentos e tributos.

Assim, o capitalismo liberal reserva um espaço cativo e mínimo para a atuação do Estado, que deve se limitar a esse domínio e não interferir, ou interferir minimamente, na gestão dos bens privados. Todavia, a ausência da concorrência não exime o Estado da busca da eficiência. Essa eficiência do Estado deve ser guiada por normas de gestão privada (o famoso discurso do Gerente), limitando os encargos fiscais ao mínimo necessário para que esse ônus não se torne um fardo e reduza o incentivo ao trabalho, ao investimento, à inovação, privando os indivíduos de parte substancial do ganho individual do seu esforço e de seu talento.

O discurso de atuação do Estado, na visão neoliberal, está assentado na convicção de que a vida coletiva e os riscos dos cidadãos podem ser regulados e administrados pelo mesmo critério do lucro privado, de tal forma que os impostos são, assim, um mal necessário que deve ser mantido minimamente para possibilitar a oferta dos bens públicos e não devem ser um obstáculo à expansão do espírito de iniciativa, da produção e da riqueza nacional⁶.

Nessa linha, no Brasil, há muito tempo ocorre um repúdio à saúde pública, à escola pública, à segurança pública, para justificar o descumprimento das obrigações coletivas; e o indivíduo remediado passa a demandar os planos de saúde, a escola privada, a previdência privada, na lógica da sobrevivência do “mais forte”. Acontece que a guerra civil que impera nas grandes metrópoles do Brasil aparece com a crise de falta de segurança pública, mas sinaliza que o individualismo em excesso e a lógica do lucro privado expandiu-se demasiadamente sucateando e deixando o Estado sem condições de atender mínima e descentemente diferentes demandas da população, não mais agora somente as demandas dos mais carentes.

⁶ O discurso sobre o Estado neutro procura tornar menos nítido as formas efetivas, parciais e tendenciosas, com que o Estado reforça o poder econômico da classe capitalista. O Estado passa a ser visto como um guardião do equilíbrio impessoal dos mercados. Nesse aspecto, a Teoria Econômica deve buscar as ações estatais neutras ou adequadas ao “interesse geral”, de modo que, essa abordagem, camufla o poder, a dominação e o controle da sociedade por uma “elite” – o Estado apresenta-se como uma forma de poder invisível, procurando criar um consenso e mantendo o seu poder invisível. O Consenso é obtido pela democracia ou pelas manipulação das massas, mas objetivando preservar o pacto de poder das elites (SCHWARTZ, 1991).

Mas, segundo a apologia contemporânea dos mercados, a economia concorrencial garantiria o melhor dos mundos possíveis. Questões como pobreza, precária distribuição de renda, justiça social, desemprego, crises e desequilíbrio não desmentem a superioridade da livre concorrência, mas revelam, pelo contrário, uma economia que sofre é de deficiência de mercado. Essas imperfeições que a economia apresenta decorrem de um excesso de regulação pública que impede a livre concorrência. Como a lei da oferta e da demanda e a liberdade das trocas estão sofrendo entraves, que prejudicam e dificultam a concorrência, o discurso dominante prescreve, como solução, medidas de políticas microeconômicas destinadas a ampliar ao máximo a concorrência, a redução dos impostos e a proibição das políticas macroeconômicas. Por esse raciocínio, a economia brasileira sofre pelo atraso, pela obsolescência e pelos regulamentos excessivos e não devido às mudanças provocadas pelo excesso de liberdade visando se enquadrar à nova ordem econômica global⁷.

No Brasil, o discurso neoliberal sustenta que os efeitos das políticas populistas anteriores (políticas desenvolvimentistas, baseadas nas teses da CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe) e a ausência de uma prática liberalizante na medida adequada, devido à atuação do antigo Estado Interventor, impediram a adoção das medidas liberalizantes na medida certa, no volume adequado e na profundidade exigida. Desse modo, faz-se necessário continuar liberalizando mais e mais e, na medida em que a liberalização for profunda, sistemática, coerente, prolongada e adequada, o resultado será o progresso e a modernidade na economia do Brasil.

As reformas recomendadas pelos neoliberais são, na sua grande maioria, a nível microeconômico e na linha de liberalização do comportamento individual, procurando retirar os entraves que dificultam a livre concorrência⁸. Nesse sentido, o discurso neoliberal prega a reforma tributária, reforma fiscal, reforma trabalhista, reforma previdenciária e proibição das políticas públicas, procurando, dessa forma, favorecer o máximo possível, a expansão da livre concorrência que, assim, automaticamente, garante o equilíbrio geral e elimina o desemprego da mão-de-obra e a insuficiência de mercados, não permitindo os desequilíbrios na economia capitalista.

⁷ O Brasil e o brasileiro ainda padecem de ter e ser um Jeca Tatu, segundo Troster (2007).

⁸ Os apologistas do liberalismo apontam decisões de política econômica que só aparentemente são neutras, com decisões de conteúdo eminentemente técnico, decisões econômicas voltadas apenas ao aperfeiçoamento dos mercados.

Um aspecto relevante que se percebe dessas recomendações dos neoliberais é que sua teoria economicamente correta fica sempre imune à crítica, até mesmo a crítica sobre os resultados nefastos advindos da sua implementação, quando o desenvolvimento da realidade na economia capitalista nega as suas recomendações. Dessa forma, em meio à crise e às críticas pelos fracos resultados obtidos, eles sempre propõem nova rodada de reformas liberais. Como o livre mercado sempre esta incompleto, sempre faltam mercados para liberar. Sempre falta liberar mais e ampliar mais ainda os mercados. Nessa linha, a concorrência capitalista, por mais que amplie os mercados livres, sempre encontrará espaço adicional para a expansão dos seus domínios, com o mercado transformando e conquistando espaços antes reservados ao não-mercado. Dessa maneira, a teoria neoliberal se resguarda das críticas e dos fatos, atribuindo-se uma auto-imunidade, que Reinaldo Carcanholo (1998) designa de Síndrome da Imunidade Auto-Atribuída e que César Benjamin diz ser o Mito do Moto-Perpétuo.

No Brasil, a auto-imunidade neoliberal vem travestida na crítica a um Estado enorme, ineficiente e deformador que mantém regulamentações e obstáculos à concorrência e à iniciativa privada, não implementando e permitindo medidas liberais adequadas e suficientemente profundas e prolongadas na área fiscal, trabalhista e na construção de um marco regulatório. Nesse caso, não somente o sucesso de suas recomendações, mas até seus defeitos, fazem com que o neoliberalismo ganhe força e cresça. O ritmo deficiente e vergonhoso da economia brasileira faz com que os neoliberais, em vez de realizarem uma “mea culpa”, ganhem força e reivindiquem nova rodada de liberação, ampliando as recomendações de reformas liberais.

Na realidade concorrencial capitalista, os neoliberais são totalmente contra a utilização de políticas macroeconômicas discricionárias, ou seja, a políticas keynesianas fiscal, monetária, comercial, cambial e de rendas, pois estas políticas são totalmente inúteis e não têm impacto na atividade econômica real (emprego, produção e crescimento da economia), provocando apenas inflação, instabilidade econômica, aumento do gasto público e da dívida pública, redução dos investimentos privados, crises do balanço de pagamento - ou seja, apresentam somente diversos efeitos perversos.

Para o discurso apologético economicamente correto atual, a atividade econômica depende somente da quantidade dos fatores de produção disponíveis (capital, mão-de-obra,

matéria-prima) que devem ser deixados a funcionar livremente. Não há ilusão monetária e impera as expectativas racionais, onde os indivíduos prevêem corretamente os resultados de qualquer política, não sendo, com isso, enganados pelas políticas macroeconômicas discricionárias keynesianas. O melhor que deve ser feito é colaborar para que as leis da economia funcionem idealmente. E funcionará bem o mercado concorrencial, desde que a intervenção pública não apareça para dificultar o funcionamento dos mercados.

Dessa forma, as leis da economia são neoliberais e, estas leis, exigem sempre mais liberdade e mais iniciativa individual, sempre mais mercados livres e sempre mais concorrência mercantil. Nessa realidade, a moeda é neutra e não afeta o lado real da economia (emprego, produção, investimento e renda nacional), porém, a sua utilização política, pelos burocratas do governo no poder, poderá, com o seu excesso, provocar inflação, mas se os burocratas provocarem sua escassez, ocorrerá dificuldades nas trocas. Para que os governos não sintam a tentação de realizar políticas populistas, o Banco Central deve ser independente do governo e a melhor política a ser utilizada deve ser a baseada em metas de inflação.

A Teoria Neoliberal vê a economia capitalista simplesmente como uma economia de troca, com a moeda facilitando a troca de produtos entre o conjunto dos agentes, de modo que o Banco Central deve apenas injetar a quantidade de dinheiro necessária para o sistema facilitando o processo das trocas. Nessa realidade, o investimento resulta da decisão de não consumir e poupar parte do produto, de modo a poder investi na ampliação da capacidade produtiva. Acontece que nas economias capitalistas de mercado a decisão de investimento resulta do desejo de obter lucro – ou seja, o investimento é feito para dar lucro e não para satisfazer necessidade dos consumidores.

No capitalismo, esses investimentos resultam das expectativas que os empresários têm a respeito de que os agentes econômicos estejam dispostos a adquirir os produtos que os novos investimentos criarão. Nesse processo é necessário que o investidor tenha dinheiro para adquirir as máquinas e os bens necessários, ou possua crédito para realização desses investimentos – é como afirmou Michal Kalecki (1996): “o pré-requisito mais importante para alguém se tornar empresário e a *propriedade* de capital”⁹.

⁹ E muito mais: a economia capitalista é um sistema hierarquizado que o poder de decisão sobre os processos econômicos não é distribuído de forma igualitária. Trabalhadores e capitalistas não têm igual poder. São as decisões da classe capitalista que determina operação da economia. O gasto da classe trabalhadora é apenas

O sistema de crédito no capitalismo contraria a Nova Teoria Monetarista ao liberar as forças e poderes que governam a riqueza futura, os fluxos de investimentos em novos projetos, reforçando o processo de acumulação de capital no capitalismo. Aqui, o sistema financeiro aparece com uma lógica e um desenvolvimento institucional que financia as oportunidades de negócios, mas produz também uma valorização da riqueza na órbita financeira.

Essa circulação financeiras de riqueza não guarda qualquer relação com a circulação de mercadorias e o sistema financeiro pode alimentar expectativas de valorização de ativos, sem a contrapartida de decisões de investimento na criação de riqueza futura. Acontece uma separação entre os circuitos da reprodução da economia (base produtiva) e o circuito de valorização financeira e, o dinheiro passa a não mais respeitar a regra monetarista entre quantidade de dinheiro e a quantidade de produtos produzidos, com o valor do dinheiro deixando de estar associada a uma regra fixa de oferta de moeda determinada pelo Banco Central, como afirmam os monetaristas.

Acontece que no Brasil, a política monetária do Banco Central está baseada em modelos econométricos, com “fundamentos” na linha monetarista, que forçam a taxa de juros reais para patamares bastante elevados, sob o pretexto de trazer a inflação para a sua meta. O modelo utilizado pelo Banco Central estabelece correlações rígidas de décimos de percentual entre inflação, juros e crescimento do PIB. Esse modelo é estruturado numa fantástica desenvoltura com equações matemáticas tomadas como verdades absolutas, a despeito da precariedade das suas premissas. Medidas dúbias, como as do PIB potencial e a da taxa dos juros futuros, aparecem como valores e medidas definitivas e incontestáveis (ASSIS, 2007,B). Aqui, porém, o Banco Central procura, prioritariamente, atender aos financistas, as agências multilaterais e a banca “privada”. Acontece que essa “comunidade de financistas” só presta conta a si mesma, no plano de suas reuniões “globais”, e não está muito interessada nas comunidades e países por elas arrasados.

Os neoliberais que enfatizam o impacto na dívida pública da emissão de moeda em excesso, via política monetária populista do Banco Central para cobrir o déficit público ou para elevar o gasto do governo devido às políticas keynesianas, não revelam a mesma

um gasto passivo –, ou seja, o aumento da vontade de consumir pelos trabalhadores não provoca a elevação da produção. A economia capitalista é um sistema em que os empresários é que decidem e definem o nível de emprego, a produção e a renda.

preocupação com o aumento da taxa de juros que incide diretamente sobre a dívida pública elevando o custo para o Tesouro Nacional, quando o BC utiliza juros elevados na sua política de metas. Nessa política de metas o Banco Central tem o direito de fazer a política que quiser, independentemente do que venha a ocorrer com o Tesouro Nacional (ASSIS, 2006).

Não ocorre uma preocupação com as “operações quase-fiscais”, onde a taxa de juro elevada objetivando atender a política de metas inflacionária leva, quase necessariamente, ao aumento da dívida pública, que novamente cresce quando do processo de venda no mercado aberto dos títulos da dívida pública em poder do público, objetivando esterilizar a entrada da moeda estrangeira no país. Esse aspecto mostra que a política fiscal sofre a interpenetração das políticas monetária e cambial.

Nessa operação, o passivo do Banco Central que contém o estoque de base monetária é influenciado pelos títulos públicos e reservas internacionais, de modo que, quando as operações dos ativos de Banco Central rendem menos que as remunerações dos passivos, há uma redução do patrimônio líquido do BACEN, contribuindo para elevar a dívida consolidada do setor público. Dessa maneira, a variação patrimonial do Banco Central passa a ser função direta da remuneração das reservas internacionais, do pagamento de juros dos títulos públicos e da depreciação da taxa de câmbio.

Acontece que o discurso neoliberal difundiu pela mídia que a dívida pública brasileira é o resultado de despesas excessivas do governo em relação ao que ele arrecada, ou seja, o Estado gasta muito mais do que arrecada. Entretanto, a dívida que em 1994 representava 30% do PIB subiu quase 100% em virtude do aprofundamento da política neoliberal e chegou a mais de 55% do PIB, devido à política monetária que privilegia os grandes rentistas. Nesse contexto, a adoção das medidas voltadas ao ajustamento das finanças do setor público, na linha do equilíbrio fiscal, com cortes de gastos, desvinculação de receita e elevação de impostos, não se mostra suficiente para a regressão do endividamento do setor público.

No que diz respeito ao setor externo, a política cambial no Brasil, entre 1995 e 1997 inicialmente adotou uma política de câmbio fixo e, posteriormente, praticou uma suave queda da taxa de câmbio. Essa política cambial, associada com uma política monetária de juros bastante elevados que atraíam capitais externos, obrigaram o BACEN a acumular

reservas internacionais em troca de emissão de títulos públicos. Assim, políticas cambiais e monetárias provocaram um aumento muito grande na dívida pública brasileira, ou seja, o processo de esterilização de reservas em consequência do diferencial de remuneração das taxas interna e externa de juros com câmbio quase fixo, provocou um contexto que foi altamente desfavorável ao setor público, já que os juros pagos pela emissão da dívida mobiliária interna eram bem superiores ao que o Brasil recebia pela aplicação das reservas internacionais, impedindo e impactando fortemente no condicionamento da política fiscal.

Processo semelhante volta a ocorrer no período do governo Lula, com a vigência de câmbio livre e o grande afluxo de recursos devido, não somente aos elevados superávits na balança comercial, mas também dado o elevado afluxo de capitais atraídos pela alta taxa de juros que o Banco Central mantém. Tal política reforçou de maneira significativa a apreciação cambial e, novamente, leva à necessidade de esterilização da entrada da moeda e como consequência, ao crescimento da dívida pública. Como a taxa de juros brasileira continua muito superior à taxa recebida da aplicação das reservas no mercado internacional, a dívida do setor público cresce via política monetária ortodoxa e a política cambial apreciada, que impacta novamente a política fiscal, agora de superávits primários elevados.

No governo FHC a demora em corrigir o câmbio foi fatal para o país. Essa atitude provocou uma expansão incontrolável da dívida pública, dizimou diversos setores empregadores de mão-de-obra, quebrou diversos estados e municípios (NASSEF, 2007). No governo Lula não tem sido diferente, a dívida pública continua crescendo, apesar dos elevados superávits primários realizados pelo setor público. Setores importantes da indústria nacional são fortemente penalizados, principalmente os que possuem elevada taxa de geração de postos de trabalho. Repete-se, no governo Lula, o mesmo drama criado pela política do governo FHC, com o câmbio apreciado provocando estragos em todos os setores da economia brasileira e, cedo ou tarde, trará de volta a crise.

No que diz respeito ao mercado externo, a liberação do mercado nacional, a concorrência e a globalização são recomendações caras aos neoliberais, pois significa que os países em desenvolvimento somente têm a ganhar, principalmente porque esse processo agiliza o movimento de capitais para os países em desenvolvimento e da periferia do capitalismo, atraídos pela busca de maiores taxas de juros e taxas de lucro. Dessa forma, as aberturas dos mercados nacionais tendem a reduzir as desigualdades entre os países

desenvolvidos e em desenvolvimento, devido ao crescimento dos investimentos nos países da periferia do capitalismo, de tal forma que eles irão se distribuir de forma igualitária pelo mundo, quanto mais livre forem, para esses capitais, se deslocarem de um país para outro.

Nesse aspecto externo, os neoliberais querem passar a idéia de que é o livre comércio internacional é o caminho para emancipação dos povos e a solução do problema das desigualdades internacionais. Acontece que o discurso da relação de troca livre encobre e camufla a hierarquia existente a nível internacional. Hierarquia que provoca maior diferenciação e desigualdade entre os países, via processo de acumulação de excedente e por meio de diferenças tecnológicas e industriais que foram desenvolvidas historicamente no capitalismo¹⁰.

Inexiste o desenvolvimento cooperativo propalado pelos liberais. A organização da economia internacional apresenta relações econômicas que são organizadas de maneira conflituosa em todas as áreas, conflitos no setor produtivo, na esfera comercial, conflitos políticos e militar e ainda conflitos por questões de tecnologia.

Assim, nesse assunto, a realidade também desmente a teoria neoliberal, pois a direção dos fluxos financeiros internacionais, que deveriam fluir dos países desenvolvidos para os países emergentes, revela o contrário, são os países emergentes, com seus superávits na rubrica Conta Corrente, de seus balanços de pagamentos, e a sua acumulação de reservas, que estão financiando os *déficits* da economia do centro (um bom exemplo é a China, financiando os *déficits* do Império Americano). Pelo quinto ano consecutivo, o *déficit* em Conta Corrente dos Estados Unidos foi recorde, atingindo, em 2006, US\$ 856,7 bilhões, um crescimento de 8,2% em relação a 2005 e equivalente a 6,5% do PIB americano.

A trindade maléfica, na feliz expressão de Delfim Netto (2007), ou seja, 1) existência, no capitalismo, da convivência com a extrema pobreza; 2) a permanência de extremas desigualdades na distribuição da renda; e 3) a sua tendência a produzir flutuações no nível de atividade, que são acompanhada por flutuações no nível do emprego, insiste em desmentir essa teoria economicamente correta. A solução dos dois primeiros problemas do

¹⁰ A análise ortodoxa é bastante limitada e repete em escala ampliada à mesma lógica vigente nos modelos de economia fechada, com o país ora ocupando o lugar de consumidor ora ocupando o de produtor. O sistema internacional atinge necessariamente o equilíbrio em decorrência do resultado da ação dos vários países.

capitalismo exige da teoria neoliberal uma resposta adequada à questão da exclusão, da desigualdade excessiva, da ausência de uma justiça distributiva; mas suas respostas se limitam a EIS -Estratégias de Inclusão Social e PRP -Programas de Redução da Pobreza.

Mesmo assim, para os neoliberais, suas recomendações são as mais favoráveis às questões da justiça social. Para o discurso dominante, o mercado livre é sempre o mais favorável à justiça social, pois é o uso mais eficiente dos recursos que possibilita esse sistema maximizar a distribuição dessa riqueza. Entretanto, acrescenta que a questão da distribuição da riqueza e da justiça não é um problema econômico do capitalismo liberal e nem das ciências econômicas em particular, existindo em toda sociedade livre ou não, de modo que se trata de uma questão política e moral que independe do sistema econômico.

A mídia brasileira tem divulgado incessantemente essas idéias do neoliberalismo como se fossem leis eternas, ahistóricas e gerais, embora sejam apenas, e na maioria das vezes, hipóteses acadêmicas, jamais verificadas, e até mesmo invalidadas pelo próprio desenvolvimento da teoria econômica ortodoxa. Embora se deva reconhecer que algumas delas tenha certa dose de verdade, na realidade, a pesquisa nas Ciências Econômicas não confirma a grande maioria dessas afirmações e, no conjunto, esse discurso apresentado pela mídia não passa do mais puro Senso Comum (GÉNÉREUX, 2006).

No plano da realização dos êxitos do neoliberalismo, a economia do Chile é a referência da grande mídia conservadora como experiência liberal na América Latina¹¹ - êxito do governo de Augusto Pinochet e das proposições do economista liberal monetarista Milton Friedman. Acontece que a experiência dos *Chicagos Boys* na economia chilena, na ditadura de Augusto Pinochet, via abertura comercial, desregulamentação do setor financeiro, privatização do sistema de aposentadoria, dentre outras medidas, possibilitaram o crescimento econômico oscilar entre até 8% positivos e taxas negativas inferiores a -13%, entre 1975 e 1982, resultando numa média medíocre de 2,9%.

Também no Chile, essa política econômica provocou instabilidade, desemprego, concentração da renda e catástrofe social. Foi somente nos governos de centro e centro-esquerda, que sucederam ao general Pinochet, que o Chile voltou a crescer de forma

¹¹ As experiências conservadoras neoliberais de Ronald Reagan nos EUA e Margaret Thatcher na Inglaterra apresentaram apenas pequenos êxitos, todavia ampliaram o desastre ecológico, elevaram a corrupção entre burocratas e políticos e, disseminou a cultura de celebração da violência e pornografia, de forma que há uma concentração nos EUA de 76% dos casos de assassinatos em série no mundo. Resultado: essas duas sociedades elevaram o grau de ineficiência, corrupção e injustiça.

sustentável e a pobreza começou a diminuir, embora, hoje, a concentração da renda ainda permaneça tão ruim quanto foi nos anos 60, com os 10% mais ricos da população detendo 47% da renda, em 2003. Um número superior até ao encontrado no Brasil, em que os 10% mais ricos detinham 45,8% da renda, no mesmo ano (COSTA, 2006).

Acontece que o governo Lula, como o anterior, apostou na manutenção da política econômica neoliberal, utilizando o tripé de superávit primário, metas de inflação e taxa de câmbio flutuante atendendo a um modelo de consistência macroeconômica liberal como a melhor maneira de levar o Brasil a um desenvolvimento sustentável ou, como o próprio presidente se expressou no início de seu governo, objetivando levar o Brasil a atingir O ESPETÁCULO DO CRESCIMENTO.

Porém, os resultados foram pífios. E o foram devido a essas políticas neoliberais economicamente corretas, ou seja, esta apologia contemporânea do mercado que prometia tirar o Brasil do atraso e possibilitar aos brasileiros um padrão de vida semelhante ao gozado pelos povos do Primeiro Mundo - que foi a grande responsável pelo nosso baixo nível de crescimento no primeiro mandato do presidente Lula. A política econômica do primeiro mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva se assemelha a dos oito anos de mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Aliás, no governo Lula, ocorreu um aprofundamento da ortodoxia sob o comando de Antonio Palocci e com a política monetária do Banco Central.

A apologia contemporânea do mercado levou o Brasil a se tornar um país de rentistas, onde o Estado, com uma carga tributária elevada e uma crescente dívida pública, extrai excedente dos setores produtivos e da classe trabalhadora para transferir essa riqueza para uma camada reduzida da elite rentista. O padrão adotado no ajuste nas finanças públicas brasileiras criou um elemento de ordem estrutural na dinâmica da economia do Brasil que transforma o setor público no comandante do ciclo de financeirização da riqueza, transferindo continuamente a renda gerada pela produção e pelo trabalho para uma parcela ínfima da sociedade brasileira, que se apropria via ganhos financeiros (POCHMANN, 2005).

A partir da implementação do modelo neoliberal no Brasil, as elites brasileiras esqueceram do projeto nacional de desenvolvimento e abandonaram o compromisso com a expansão da estrutura produtiva, mas, ao mesmo tempo, recriaram a escravidão no país,

como bem observou o economista Marcio Pochmann (2005). Nesse modelo, a população brasileira trabalha para sustentar uma pequena elite rentista¹² (cerca de 0,04% do total de famílias no Brasil). E, o que é ainda pior, nossas elites continuam ferrenhamente defendendo esse arranjo irracional neoliberal. Isso decorre do fato de que essas elites se tornaram rentistas e dependem da política de juros elevados para aumentar sua riqueza e manter o seu estatus social

No Brasil do governo Lula é mais importante pagar juros da dívida à minoria rentista e ao capital especulativo, do que enfrentar com seriedade os problemas da saúde pública, da previdência, da reforma agrária, do baixo nível da escolaridade, da falta de emprego, da falta de gastos públicos para gerar tais empregos e da segurança pública para uma população miserável. Do mesmo modo que a seleção de Tele Santana, jogava muito para a platéia e não para vencer a competição, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva concebe alguns projetos parciais que não objetivam na realidade resolver os graves problemas sociais. E, o que é mais grave, não tem nem idealiza um projeto de desenvolvimento nacional. Doa migalhas aos pobres em programas de ajuda aos miseráveis (menos de 10% da parte de juros gentilmente entregue as elites) e recebe em troca um apoio popular elevado.

A política de abertura da economia, liberalização financeira, eliminação e recuo do Estado, privatização, reforma da previdência e flexibilização do mercado de trabalho levaram a economia brasileira rumo à decadência econômica e ao estreitamento das oportunidades para a grande maioria da população brasileira. Esses equívocos dos anos 90 têm propiciado o sucateamento da infra-estrutura, o desaparecimento de elos importantíssimos da cadeia produtiva da indústria de transformação do Brasil, a elevação do desemprego, crise fiscal e *déficit* público crescentes, crescimento pífio do produto interno bruto, com os preços do câmbio e dos juros completamente fora do lugar, dando, em troca, tão somente uma baixa taxa de inflação. É muito pouco!

¹² A dívida pública em relação ao PIB se eleva de uma forma produtivamente estéril, porque os empresários poupam em títulos públicos, no lugar de investir na ampliação da capacidade produtiva da economia brasileira e na geração de mais empregos, de modo se atingir um nível de crescimento econômico muito mais elevado. Assim, o superávit primário No governo Lula apresenta-se duplamente contracionista. Primeiro, porque reduz a demanda agregada. Segundo, porque o dinheiro que paga sob a forma de juros, acaba reaplicado em títulos da própria dívida pública (ASSSIS, 2007C)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ARIDA, Pêrsio. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. In: GALA, Paulo & REGO, José Marcio, **A história do pensamento econômico como teoria e retórica: ensaios sobre metodologia em economia**. São Paulo: editora 34, 2003.

ASSIS, José Carlos. As finanças públicas acentuam a desigualdade. In: **Jornal dos Economistas**. Rio de Janeiro: COFECON-RJ/SINDECON-RJ. N. 206. Setembro 2006.

_____, **Metas de crescimento e independência do BC**. Disponível em: <http://www.desempregozero.org.br> Acesso em: 02 novembro 2006

_____, **Banco Central independente**. Disponível em: <http://www.desempregozero.org.br> Acesso em: 05 fevereiro 2007 A

_____, **Um bom começo**. Disponível em: [http://www. Desempregozero.org.br](http://www.Desempregozero.org.br) Acesso em: 13 março 2007B.

_____, **Massificação fiscal e senso comum**. Disponível em: <http://www.desempregozero.org.br>. Acesso em: 10 maio 2007C.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Uma sociedade doente. In: **Folha de São Paulo**. Caderno Dinheiro. São Paulo, 26 de março de 2007.

_____, **Dois diagnósticos**. In: **Folha de São Paulo**. Caderno Dinheiro. São Paulo, 23 de abril de 2007.

BATISTA Jr., Paulo Nogueira. Os reis da bufunfa. In: **Folha de São Paulo**. Caderno Dinheiro. São Paulo, 24 de agosto de 2006.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Uma vitrine de mazelas. In: **Carta Capital**. São Paulo: Ano XIII. N. 425, 27 de dezembro de 2006. P. 34/35.

_____, **Miséria da economia**. In: **Carta Capital**. São Paulo: Ano XIII. N. 426, 27 de dezembro de 2006. P. 32/33.

_____, **As finanças e o cidadão**. In: **Carta Capital**. São Paulo: Ano XIII. N. 437, 28 de março de 2007. P. 25.

_____, A gênese das crises. In: **Carta Capital**. São Paulo: Ano XIII. N. 435, 14 de março de 2007. P. 36/37.

_____, Receita dos Money Doc. In: **Carta Capital**. São Paulo: Ano XIII. N. 431, 14 de fevereiro de 2007. P. 28/29.

CARCANHOLO, Reinaldo et al. **Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo**. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

CARVALHO, Fernando Cardim de. Fundamentos da escola pós-keynesiana: a teoria de uma economia monetária. In: **Ensaio sobre economia política moderna: teoria e história do pensamento econômico**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989.

CASTRO, Paulo Rabelo. **Tudo beleza?** In: Folha de São Paulo. Caderno Dinheiro. São Paulo, 10 de maio de 2007.

COSTA, Antonio Luiz C. O homem e a Ferida. In: **Carta Capital**. Ano XII. N. 424, 20 de dezembro de 2006. P. 52/54.

COSTA FILHO, Samuel. A teoria econômica diante da atual dinâmica financeira das economias capitalistas. In: **Cadernos da FACECA**. Campinas: FACECA PUC-Campinas, V. 9, N. 1, P. 68/98, jan./jun. 2000.

_____, **A hipótese da instabilidade financeira diante do capitalismo globalizado**. Universidade Federal do Piauí. Teresina: Departamento de Ciências Econômicas. Maio de 2002. (texto para discussão n. 1)

_____, O gasto público e the golden age of capitalism – Bleaney e a importância da política keynesiana para o crescimento. In: **Revista de Ciências Humanas**. Universidade do Extremo Sul Catarinense. V.6, N.1, Criciúma: FUCRI/UNESC, 2000.

_____, **Neoliberalismo na economia brasileira. O que é neoliberalismo?** Universidade Federal do Piauí. Teresina: Departamento de Ciências Econômicas. Abril de 2006. (texto para discussão n. 10)

FERREIRA, Assuero. **Limites da Acumulação de Capital: um estudo da Economia Política de Michal Kalecki**. São Paulo: Hucitec. 1996.

GÉNÉREUX, Jacques. **As verdadeiras leis da economia I**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

GOMES, Fábio Guedes. **Os mercadores de Veneza**. Disponível em: <http://www.desempregozero.org.br> Acesso em: 02 março 2007.

KALECKI, Michal. **Teoria da dinâmica econômica**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

LIMA, Gilberto Tadeu. **Em busca do tempo perdido: a recuperação pós-keynesiana da economia do emprego de Keynes**. Rio de Janeiro: BNDES, 1992 (16^o. Prêmio BNDES de Economia).

NASSIF, Luis. **Quem segurou o câmbio?** Disponível em: http://z001.ig.com.br/ig/04/39/946471/blig/luisnassifeconomia/2007_05.html
acesso em: 05 maio 2007.

NETTO, Antonio Delfim. O raciocínio globalizado. In: **Carta Capital**. São Paulo: Ano XIII. N. 407, 23 de agosto de 2006. P. 19.

_____, Receita de crescimento: reflexões de Delfim Netto sobre o câmbio, juros e uma expansão de 55 ao ano. In: **Carta Capital**. São Paulo: Ano XIII. N. 425, 27 de dezembro de 2006. P. 30/33.

_____, Trindade Maléfica. In: **Carta Capital**. São Paulo: Ano XIII. N. 425, 7 de março de 2007. P. 19.

PAULA, Luiz Fernando de & OREIRO, José Luís. **Pós-Keynesianos e o intervencionismo estatal**. Disponível em: <http://www.jornalvalor.com.br> Acesso em: 06 novembro 2003.

POCHMANN, Marcio. **Uma nova escravidão?** Disponível em: <http://www.agenciartamainor.com.br>. Acesso em: 25 maio 2005.

_____, **Déficit público zero e custos sociais**. Disponível em: www.unicamp.br acesso em: 24 agosto 2005.

SCHWARTZ, Gilson. **Decifre a economia**. São Paulo: Saraiva. 1991.

TROSTER, Roberto Luis. Jeca Tatu. In: **Folha de São Paulo**. Caderno Opinião: Tendências e Debates. São Paulo, 22 de março de 2007.